

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	10
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	11
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	12

Demonstração do Valor Adicionado	13
----------------------------------	----

Relatório da Administração	15
----------------------------	----

Notas Explicativas	22
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	62
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	63
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	64

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	309.725
Preferenciais	0
Total	309.725
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	28/04/2014	Juros sobre Capital Próprio	09/12/2014	Ordinária		0,04253

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	1.238.620	1.096.217	933.367
1.01	Ativo Circulante	164.953	106.533	81.710
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	90.659	39.964	25.882
1.01.02	Aplicações Financeiras	54.959	47.864	38.224
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	54.959	47.864	38.224
1.01.02.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	54.959	47.864	38.224
1.01.03	Contas a Receber	16.191	14.398	14.342
1.01.03.01	Clientes	16.191	14.398	14.342
1.01.03.01.01	Clientes	16.191	14.398	14.342
1.01.06	Tributos a Recuperar	56	1.100	734
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	56	1.100	734
1.01.07	Despesas Antecipadas	982	1.306	1.334
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	2.106	1.901	1.194
1.01.08.03	Outros	2.106	1.901	1.194
1.01.08.03.01	Outros créditos	2.097	1.894	1.194
1.01.08.03.02	Partes relacionadas	9	7	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.073.667	989.684	851.657
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	3.157	12.907	14.207
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	0	1
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	0	0	1
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	3.157	12.907	14.206
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	3.157	2.714	2.356
1.02.01.09.04	Títulos e Valores Mobiliários	0	10.193	11.850
1.02.03	Imobilizado	24.480	26.522	22.894
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	24.480	26.522	22.894
1.02.04	Intangível	1.046.030	950.255	814.556
1.02.04.01	Intangíveis	1.046.030	950.255	814.556

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	1.238.620	1.096.217	933.367
2.01	Passivo Circulante	118.106	99.994	80.934
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.133	2.805	2.490
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.133	2.805	2.490
2.01.02	Fornecedores	16.275	14.925	12.776
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16.275	14.925	12.776
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.119	3.049	2.687
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.119	3.049	2.687
2.01.03.01.02	Impostos, taxas e contribuições a recolher	3.119	3.049	2.687
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	66.701	55.023	40.527
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	26.830	21.250	10.480
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	26.830	21.250	10.480
2.01.04.02	Debêntures	39.871	33.773	30.047
2.01.05	Outras Obrigações	10.862	14.673	20.312
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	5.960	745	1.279
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	5.655	665	628
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	305	80	651
2.01.05.02	Outros	4.902	13.928	19.033
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	1.752	8.269	13.485
2.01.05.02.04	Obrigações com o poder concedente	359	324	590
2.01.05.02.05	Outras contas a pagar	2.791	5.335	4.958
2.01.06	Provisões	18.016	9.519	2.142
2.01.06.02	Outras Provisões	18.016	9.519	2.142
2.01.06.02.04	Provisão para construção de obras futuras	7.832	9.519	2.142
2.01.06.02.05	Provisão para imposto de renda e contribuição social	5.334	0	0
2.01.06.02.06	Provisão para manutenção	4.850	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	744.285	706.728	617.300
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	611.519	576.058	493.825
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	204.116	176.647	104.122

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2014	Penúltimo Exercício 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 31/12/2012
2.02.01.02	Debêntures	407.403	399.411	389.703
2.02.02	Outras Obrigações	100.620	97.117	95.324
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	96.252	87.313	81.158
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	96.252	87.313	81.158
2.02.02.02	Outros	4.368	9.804	14.166
2.02.02.02.03	Outras Contas a pagar	4.368	9.804	14.166
2.02.03	Tributos Diferidos	16.840	19.730	13.076
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.840	19.730	13.076
2.02.04	Provisões	15.306	13.823	15.075
2.02.04.02	Outras Provisões	15.306	13.823	15.075
2.02.04.02.04	Provisões para construção de obras futuras	0	0	7.941
2.02.04.02.05	Provisões para manutenção	11.725	10.373	6.726
2.02.04.02.06	Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	3.581	3.450	408
2.03	Patrimônio Líquido	376.229	289.495	235.133
2.03.01	Capital Social Realizado	309.725	228.725	191.725
2.03.01.01	Subscrito	309.725	228.725	191.725
2.03.02	Reservas de Capital	271	161	114
2.03.02.07	Plano de opção com base em ações	271	161	114
2.03.04	Reservas de Lucros	66.233	60.609	43.294
2.03.04.01	Reserva Legal	4.560	4.191	2.839
2.03.04.10	Orçamento de capital	61.673	56.418	40.455

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	358.402	380.661	316.326
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-237.779	-251.804	-188.299
3.03	Resultado Bruto	120.623	128.857	128.027
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-24.204	-16.431	-14.880
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-24.219	-16.431	-14.877
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	15	0	-3
3.04.04.01	Outras receitas, líquidas	15	0	-3
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	96.419	112.426	113.147
3.06	Resultado Financeiro	-84.765	-76.092	-69.140
3.06.01	Receitas Financeiras	10.813	7.094	8.176
3.06.02	Despesas Financeiras	-95.578	-83.186	-77.316
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	11.654	36.334	44.007
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-4.278	-9.291	-14.989
3.08.01	Corrente	-7.168	-2.637	-7.374
3.08.02	Diferido	2.890	-6.654	-7.615
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	7.376	27.043	29.018
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	7.376	27.043	29.018
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,03062	0,13954	0,15135

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	7.376	27.043	29.018
4.03	Resultado Abrangente do Período	7.376	27.043	29.018

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	135.648	148.083	146.537
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	135.054	153.357	135.433
6.01.01.01	Lucro Líquido	7.376	27.043	29.018
6.01.01.02	Depreciações e amortizações	37.281	33.975	23.604
6.01.01.03	Perda/Baixa do ativo imobilizado e do intangível	143	0	280
6.01.01.04	Encargos financeiros e var monetária sobre financiamentos, empréstimos e debêntures	82.051	73.876	66.443
6.01.01.05	Provisão para perdas trabalhistas e cíveis	1.158	3.416	373
6.01.01.06	Atualização monetária de provisão para perdas trabalhistas e cíveis	189	65	18
6.01.01.07	Provisão para manutenção e para construção de obras futuras	5.494	2.888	184
6.01.01.08	Ajuste a valor presente sobre provisão para manutenção e obras futuras	708	759	991
6.01.01.09	Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	-168	1.316	0
6.01.01.10	Tributos diferidos	-2.890	6.654	7.545
6.01.01.11	Juros sobre contrato de mútuo	10.517	7.529	9.256
6.01.01.12	Receita sobre títulos e valores mobiliários	-6.821	-4.015	-3.470
6.01.01.13	Plano de opções com base em ações	110	47	62
6.01.01.14	Levantamento dos depósitos judiciais	211	4	1.176
6.01.01.15	Atualização monetária dos depósitos judiciais	-296	-200	-47
6.01.01.16	Capitalização de juros	-9	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	594	-5.274	11.104
6.01.02.01	Clientes	-1.625	-1.372	-2.456
6.01.02.02	Tributos a recuperar	1.044	-366	-344
6.01.02.03	Despesas antecipadas	324	28	-1
6.01.02.04	Outros créditos	-203	-700	-1.142
6.01.02.05	Fornecedores	1.350	2.149	5.945
6.01.02.06	Obrigações sociais e trabalhistas	328	315	635
6.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições a recolher	70	362	-46
6.01.02.08	Pagamento de provisão para perdas trabalhistas e cíveis	-1.216	-439	-46
6.01.02.09	Outras contas a pagar	-7.980	-3.985	14.866
6.01.02.10	Partes relacionadas	5.213	-540	324

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social	5.334	0	-84
6.01.02.12	Pagamento dos Depósitos Judiciais	-358	-162	-3.460
6.01.02.13	Pagamento de provisão para manutenção e construção de obras	-1.687	-564	-3.087
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-131.148	-173.302	-117.979
6.02.01	Aquisição de imobilizado	-7.389	-11.416	-7.409
6.02.02	Aquisição de intangível	-123.759	-161.886	-110.570
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	46.195	39.301	-112.696
6.03.01	Captação de empréstimos e financiamentos	53.593	96.592	27.999
6.03.02	Aumento de capital	81.000	37.000	0
6.03.03	Pagamento de obrigações com o poder concedente	35	-266	20
6.03.04	Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	-35.065	-25.738	-13.834
6.03.05	Titulos e valores mobiliarios	9.919	-3.968	-9.403
6.03.06	Partes relacionadas - mútuo	-1.578	-1.374	-62.138
6.03.07	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-8.269	-14.944	0
6.03.08	Juros pagos	-53.440	-48.001	-55.340
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	50.695	14.082	-84.138
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	39.964	25.882	110.020
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	90.659	39.964	25.882

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	228.725	161	60.609	0	0	289.495
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	228.725	161	60.609	0	0	289.495
5.04	Transações de Capital com os Sócios	81.000	110	0	-1.752	0	79.358
5.04.01	Aumentos de Capital	81.000	0	0	0	0	81.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	110	0	0	0	110
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-1.752	0	-1.752
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	7.376	0	7.376
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	7.376	0	7.376
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.624	-5.624	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	5.624	-5.624	0	0
5.07	Saldos Finais	309.725	271	66.233	0	0	376.229

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	191.725	114	43.294	0	0	235.133
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	191.725	114	43.294	0	0	235.133
5.04	Transações de Capital com os Sócios	37.000	47	0	-9.728	0	27.319
5.04.01	Aumentos de Capital	37.000	0	0	0	0	37.000
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	47	0	0	0	47
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-9.728	0	-9.728
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	27.043	0	27.043
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	27.043	0	27.043
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	17.315	-17.315	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	17.315	-17.315	0	0
5.07	Saldos Finais	228.725	161	60.609	0	0	289.495

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	191.725	52	21.168	0	0	212.945
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	191.725	52	21.168	0	0	212.945
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	62	20.675	-27.567	0	-6.830
5.04.03	Opções Outorgadas Reconhecidas	0	62	0	0	0	62
5.04.06	Dividendos	0	0	20.675	-27.567	0	-6.892
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	29.018	0	29.018
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	29.018	0	29.018
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	1.451	-1.451	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	1.451	-1.451	0	0
5.07	Saldos Finais	191.725	114	43.294	0	0	235.133

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.01	Receitas	380.653	401.079	335.457
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	244.457	227.320	211.787
7.01.02	Outras Receitas	11.151	9.402	10.037
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	125.045	164.357	113.633
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-202.741	-212.483	-158.967
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-185.402	-203.548	-151.395
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-17.339	-8.935	-7.572
7.03	Valor Adicionado Bruto	177.912	188.596	176.490
7.04	Retenções	-37.281	-33.975	-23.604
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-37.281	-33.975	-23.604
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	140.631	154.621	152.886
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	10.813	7.094	8.176
7.06.02	Receitas Financeiras	10.813	7.094	8.176
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	151.444	161.715	161.062
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	151.444	161.715	161.062
7.08.01	Pessoal	20.004	19.629	18.376
7.08.01.01	Remuneração Direta	15.541	15.510	14.711
7.08.01.02	Benefícios	3.903	3.431	3.015
7.08.01.03	F.G.T.S.	560	688	650
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	26.324	29.709	34.120
7.08.02.01	Federais	13.607	17.932	23.086
7.08.02.03	Municipais	12.717	11.777	11.034
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	97.740	85.334	79.548
7.08.03.01	Juros	53.634	49.441	42.861
7.08.03.02	Aluguéis	2.162	2.148	2.232
7.08.03.03	Outras	41.944	33.745	34.455
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	7.376	27.043	29.018
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	1.752	9.728	0
7.08.04.02	Dividendos	0	0	6.892

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Penúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Antepenúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.624	17.315	22.126

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2014

Senhores Acionistas

A Administração da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seu acionista o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

A Ecopistas é a concessionária que administra o corredor rodoviário Ayrton Senna-Carvalho Pinto, uma das mais importantes ligações entre a região metropolitana de São Paulo e Vale do Paraíba, Porto de São Sebastião, praias do litoral norte do Estado de São Paulo e estância turística de Campos de Jordão.

Vale ressaltar que nossos resultados foram atingidos por meio do planejamento e foco constante na eficiência da gestão operacional. Por isso, a Ecopistas agradece aos seus colaboradores pela dedicação e comprometimento nas metas empresariais, aos seus acionistas diretos e indiretos, sempre confiantes na gestão da companhia, e ao apoio dos usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros.

PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras da Companhia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de contabilidade. Essas práticas são apresentadas na Nota Explicativa nº. 3 das Demonstrações Financeiras.

RESULTADOS OPERACIONAIS – TRÁFEGO

VOLUME DE TRÁFEGO (veículos equivalentes pagantes x mil)	2014	2013	Var.
Passeio	59.815	57.038	4,9%
Comercial	32.128	30.975	3,7%
Total	91.943	88.013	4,5%

Tarifa Média (em R\$)	2014	2013	Var.
Ecopistas	2,66	2,58	3,1%

Nota: Veículo equivalente pagante é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

O volume de tráfego total foi de 99.943 mil veículos equivalentes pagantes em 2014, aumento de 4,5% em relação a 2013. O aumento do tráfego comercial ocorreu em função do desempenho do setor industrial na região e início da cobrança dos eixos suspensos. O aumento do tráfego de passeio foi influenciado pelas condições climáticas favoráveis.

Em 01 de julho de 2014, a Agência de Transportes do Estado de São Paulo (Artesp) adotou reajuste médio nas tarifas de pedágio da concessionária de rodovia Ecopistas, de 6,97%. A Ecopistas não concorda com os reajustes determinados unilateralmente pela Artesp, pois não correspondem à aplicação

Relatório da Administração

dos índices previstos nos contratos de concessão e está tomando as medidas cabíveis ao cumprimento do contrato.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

Receita Bruta			
(em milhões de R\$)	2014	2013	Var.
Receitas de Pedágio	244,5	227,3	7,6%
Receitas Acessórias	11,2	9,4	19,1%
Receita de Construção ICPC-01	125,0	164,4	-24,0%
Total	380,7	401,1	-5,1%

A receita bruta atingiu R\$ 380,7 milhões em 2014, queda de 5,1% em relação a 2013, devido a redução da receita de construção ocasionada pela conclusão das obras do Trevo dos Pimentas e a 5ª faixa das marginais na rodovia Ayrton Senna.

A receita de pedágio teve crescimento de 7,6% devido ao aumento do tráfego em 4,5%

RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida consolidada atingiu R\$ 358,4 milhões, com redução de 5,9% em relação a 2013, devido ao menor nível de receita de construção.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Custos operacionais e despesas administrativas			
(em milhões de R\$)	2014	2013	Var.
Pessoal	20,0	19,5	2,6%
Conservação e manutenção	11,9	10,2	16,7%
Serviços de terceiros	47,2	18,1	160,8%
Poder concedente, locações e seguros	8,4	10,6	-20,8%
Outros	6,7	8,5	-21,2%
Custos Caixa	94,2	66,9	40,8%
Depreciação e amortização	37,3	34,0	9,7%
Provisão manutenção ICPC 01	5,5	2,9	89,7%
Custo de construção de Obras ICPC 01	125,0	164,4	-24,0%
TOTAL	262,0	268,2	-2,3%

Em 2014, os custos operacionais e despesas administrativas totalizaram R\$ 262,0 milhões, comparados aos R\$ 268,2 milhões em 2013, apresentando uma redução 2,3%. Os custos caixa atingiram R\$ 94,2 milhões, 40,8% superior a 2013.

Relatório da Administração

Os principais motivos para tais variações foram:

Pessoal: R\$ 20,0 milhões em 2014, 2,6% superior a 2013, devido à aplicação do dissídio coletivo.

Conservação e Manutenção: R\$ 11,9 milhões em 2014, 16,7% superior a 2013, resultante do maior nível de manutenção e correção dos preços em 2014 alinhados à inflação do período.

Serviços de terceiros: R\$ 47,2 milhões em 2014, 160,8% superior a 2013, devido ao reajuste nos serviços prestados pela EcoRodovias Concessões.

Seguros, Poder Concedente e Locações: R\$ 8,4 milhões em 2014, 20,8% inferior a 2013, decorrente da redução da outorga variável, de 3,0% da receita de pedágio para 1,5%, a partir de julho de 2013.

Depreciação e Amortização: R\$ 37,3 milhões em 2014, 9,7% superior a 2013, devido às obras realizadas.

Custo de construção de obras: R\$ 125,0 milhões em 2014, 24,0% superior a 2013, ocasionada pela conclusão das obras do Trevo dos Pimentas e a 5ª faixa das marginais na rodovia Ayrton Senna

Outros: R\$ 6,7 milhões em 2014, 21,2% inferior a 2013.

EBITDA e MARGEM EBITDA

O EBITDA foi de R\$ 133,8 milhões em 2014 e a margem EBITDA de 37,3%, redução de 1,2 ponto percentual em relação à 2013 devido aos aumentos da receita de construção e provisão para manutenção.

EBITDA			
(em milhões de R\$)	2014	2013	Var.
Lucro Líquido	7,4	27,0	-72,6%
Imposto de renda e contribuição social	4,3	9,3	-53,8%
Resultado Financeiro	84,8	76,1	11,4%
Depreciação e Amortização	37,3	34,0	9,7%
EBITDA	133,8	146,4	-8,6%
Margem EBITDA	37,3%	38,5%	-1,2 p.p.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido totalizou R\$ 84,8 milhões negativos em 2014, 11,4% superior ao resultado de 2013. Esta variação ocorreu devido às altas dos juros e inflação ocorridas ao longo de 2014.

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 2014, a Ecopistas apresentou lucro líquido após a participação de minoritários de R\$ 7,4 milhões, 72,6% inferior aos R\$ 26,6 milhões registrados em 2013.

DISPONIBILIDADE FINANCEIRA E ENDIVIDAMENTO

A Ecopistas encerrou dezembro de 2014 com saldo de caixa, bancos, aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários vinculados de R\$ 145,7 milhões. O endividamento financeiro bruto da Ecopistas (composto por empréstimos, financiamentos, arrendamento mercantil e debêntures) atingiu R\$ 678,2 milhões em 31 de dezembro de 2014 e o endividamento financeiro líquido (dívida líquida sem considerar o saldo de credor pela concessão), foi de R\$ 532,5 milhões em linha com 2013.

Relatório da Administração

A Companhia encerrou o ano com indicador de Dívida Líquida/EBITDA de 4,0x.

Endividamento (em milhões de R\$)	31/12/2014	31/12/2013	Var.
Curto Prazo	66,7	55,0	21,3%
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	26,8	21,2	26,4%
Debêntures	39,9	33,8	18,0%
Longo Prazo	611,5	576,1	6,1%
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	204,1	176,7	15,5%
Debêntures	407,4	399,4	2,0%
Endividamento Financeiro Bruto¹	678,2	631,1	7,5%
Credor pela Concessão	0,4	0,3	33,3%
Endividamento Bruto	678,6	631,4	7,5%
Caixa e equivalentes de caixa	145,7	98,0	48,7%
Endividamento Financeiro Líquido¹	532,5	533,1	-0,1%

¹ Exclui a dívida com o credor pela concessão

INVESTIMENTOS

O Capex realizado pela Ecopistas totalizou R\$ 132,2 milhões em 2014. Os principais investimentos realizados em 2014 foram as obras da pista marginal da Rodovias Ayrton Senna entre o km 19,0 e o km 24,8. Conforme os critérios de contabilização estabelecidos pelas normas contábeis (IFRS/ICPC), para as concessões de rodovias, os investimentos são contabilizados como Custo de Construção (Ativo Intangível) ou Custo de Manutenção (Provisão para Manutenção).

CAPEX (em milhões de R\$)	2014		Total
	Intangível/ Imobilizado	Custo de Manutenção	
Ecopistas	131,2	-	131,2

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Ecopistas está em conformidade às diretrizes do Grupo EcoRodovias, alinhada às melhores práticas de Governança Corporativa do Grupo EcoRodovias.

Diante disso, em 2014, o Grupo deu mais um passo ao lançar uma importante ferramenta para a disseminação das informações à diretoria e membros do Conselho: o Portal de Governança Corporativa. Centralizando as informações em um único e moderno canal para que circulem de forma ágil e segura, a ferramenta atende a um dos requisitos de boas práticas do IBGC (Instituto Brasileiro de Governança Corporativa), agregando ainda mais valor ao sistema de Governança da companhia. Todos os esforços que podem ser verificados por meio de diversos prêmios conquistados ao longo do ano.

Pela Época NEGÓCIOS 360°, o Grupo EcoRodovias foi considerado o número 1 do Brasil na área de Governança Corporativa. O levantamento da revista foi realizado em parceria com a conceituada Fundação Dom Cabral.

O Prêmio ISTOÉ Empresas + Conscientes também elegeu a empresa como uma das cinco melhores do país na categoria Governança Corporativa e o Índice de Governança Corporativa (IGC), produzido pela Delta Economics & Finance para a revista América Economia Brasil, nos reconheceu entre as 10 companhias brasileiras com maior pontuação no ranking.

Relatório da Administração

Todos esses reconhecimentos dão a certeza que a Companhia está no caminho certo e, exatamente por isso, continuará seguindo as práticas recomendadas pelo “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa”, do IBGC. Dentre as quais destacam-se: Código de Conduta Empresarial aprovado pelo Conselho de Administração; transparência na divulgação dos resultados; cargos de presidente do Conselho de Administração e de executivo principal da companhia ocupados por pessoas diferentes; contratação de empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros; utilização de câmara de arbitragem para a resolução de conflitos societários e políticas de uso de informações e divulgação de ato ou fato relevante e de negociação com valores mobiliários.

A cultura anticorrupção é outro importante ponto a ser destacado por já estar arraigada na administração e entre os colaboradores, sendo que, desde a entrada em vigor da Lei Anticorrupção, em janeiro de 2014, a Companhia tem divulgado de forma contundente os termos da referida lei. O Grupo EcoRodovias já possui, por exemplo, normas estruturadas de controle de riscos e um Código de Conduta Empresarial que veda ações como a promessa de vantagens a agentes públicos, pagamento de propinas, frustração de competitividade, etc. Além disso, há um Comitê de Ética, formado por membros da alta administração, que tem por objetivo processar e apurar as denúncias a ele direcionadas, cujo tratamento é sigiloso.

No entanto, não obstante a todas essas atividades já desempenhada, o Grupo EcoRodovias reuniu um grupo de trabalho formado pelas diretorias Jurídica e de Gestão de Pessoas, e as gerências de Riscos e Controles Internos e de Comunicação Interna com o objetivo de aprimorar ainda mais os controles e políticas existentes, desenvolvendo um plano de ação amplo dentro do Grupo.

GESTÃO DE PESSOAS

O ano de 2014 foi de extrema importância para os projetos e ações de desenvolvimento e gestão de pessoas dentro do Grupo EcoRodovias. Com o aval do Conselho de Administração e do presidente do Grupo, pode-se afirmar com tranquilidade e com muita honra que os cerca de 6 mil colaboradores que fazem parte da companhia passaram a ser vistos de uma forma cada vez mais estratégica.

Projetos como o diagnóstico de cultura, a revisão do modelo de remuneração executiva, a construção de um único plano de cargos e salários considerando as particularidades de cada negócio, a construção de um *dashboard* com indicadores de gestão de pessoas e a reformulação de toda a comunicação interna do Grupo, entre outros pontos, foram projetos desempenhados ao longo de 2014 fundamentais para esse processo.

A crença do Grupo de investir permanentemente no desenvolvimento de seus colaboradores, em todos os níveis, está cada vez mais forte. Como evidência disso, pode-se destacar os treinamentos realizados ao longo de 2014 com todos as lideranças do Grupo, em todos os níveis, por meio da Escola de Líderes. Vale ressaltar ainda que a área de Gestão de Pessoas continua priorizando programas que visam o bem-estar dos colaboradores, com apoio ao esporte à saúde e diversos outros pontos.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Com ECO no nome e no DNA, a missão do Grupo EcoRodovias é de atuar de forma sustentável, adotando iniciativas que representam efetiva contribuição para o desenvolvimento sociocultural de diversos públicos de relacionamento, com ênfase para as comunidades lindeiras, usuários e colaboradores.

Em 2014, uma meta importante foi alcançada neste sentido: neutralizamos 100% das emissões diretas de carbono referentes ao ano anterior. Trata-se do primeiro grupo de concessões rodoviárias a alcançar tal feito. Esse resultado foi gerado pela compra e cancelamento voluntário de créditos de carbono vinculados ao Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), no âmbito do Protocolo de Quioto. O projeto escolhido para compensar as emissões foi o do Aterro de Manaus (AM), onde o biogás é coletado e queimado, com alta eficiência, o que reduz as emissões de Gases do Efeito Estufa e ainda produz energia elétrica limpa. No total, a iniciativa representa a compensação de 22 toneladas de CO₂ equivalente.

Relatório da Administração

Além disso, outro ponto importante a ser destacado de 2014 é o Programa de Eficiência Energética do Grupo EcoRodovias, que tem o objetivo de reduzir o consumo de eletricidade e melhorar a eficiência energética em suas operações e estruturas de negócios. As ações, desenvolvidas pelas concessões rodoviárias, fazem parte do nosso compromisso com práticas destinadas à mitigação das mudanças climáticas. Cabe destacar que todas as ações seguiram diretrizes da Política de Sustentabilidade e estratégias corporativas, além de outras normativas voltadas ao bom desempenho do Sistema de Gestão Integrada, incluindo a ISO 9001 (Gestão da Qualidade), a ISO 14001 (Gestão Ambiental) e a OHSAS 18001 (Gestão da Segurança e Saúde Ocupacional) do Grupo.

Ainda sobre a sustentabilidade no Grupo, vale destacar que as ações da EcoRodovias, pelo quarto ano consecutivo, permanecem na carteira do ISE/BM&FBovespa, fato de extrema importância para a companhia.

Outros diversos projetos desenvolvidos ao longo da trajetória do Grupo e em todas as controladas nos faz honrar o compromisso com o nome ECO, tais como:

- Ecoviver: tem como objetivo envolver professores, alunos e comunidade em geral em atividades educacionais e culturais, promovendo a educação ambiental nas escolas localizadas às margens das rodovias.
- Voluntários do Bem: projeto de voluntariado, em que os colaboradores dão aulas a crianças de escolas públicas sobre valorização dos recursos naturais, a utilização de estradas e conceitos básicos de administração de uma empresa.
- Saúde do Caminhoneiro: em alguns períodos do ano, as concessionárias disponibilizam exames médicos a caminhoneiros, além de palestras sobre saúde.
- Reinventar: iniciativa com objetivo de reaproveitar as lonas utilizadas em painéis publicitários ao longo das rodovias e transformá-las em produtos como bolsas, pastas, estojos, aventais, gerando renda para costureiras.
- Virando o Jogo: projeto que incentiva a prática de esportes entre crianças de 6 a 10 anos nas comunidades de Diadema. São realizadas atividades esportivas, aulas de dança e educação para o trânsito, entre outras. O objetivo do projeto é afastar as crianças das margens da rodovia e oferecer atividades recreativas e educativas.
- Equipes Brasileiras de Voleibol Sentado: a EcoRodovias é patrocinadora oficial das seleções brasileiras masculina e feminina do voleibol sentado. No ano de 2014, com muito orgulho, foi firmado ainda mais o compromisso com o esporte ao patrocinar a equipe de vôlei de São Bernardo do Campo.
- Preservação da fauna: diversos projetos de preservação da fauna, como por exemplo o projeto Respeito à Vida, na Ecocataratas, de educação ambiental, em parceria com o PNI e o Instituto Chico Mendes. O objetivo é sensibilizar as comunidades lindeiras e os usuários da BR-277 sobre o respeito à fauna, à flora e aos limites de velocidade, em áreas de unidades de conservação. O Grupo também apoia a manutenção de parques e áreas de preservação localizados nas proximidades das rodovias e realiza campanhas de combate ao comércio ilegal de plantas e animais.
- Emissões: uso prioritário de combustíveis renováveis (etanol) na frota de veículos, uso de equipamentos com maior eficiência energética e contratação de veículos fretados para o transporte de funcionários.
- Papai Noel Existe: os públicos de relacionamento da companhia escrevem cartas como se fossem o Papai Noel e a EcoRodovias distribui os presentes a entidades carentes da região.

Além disso, o Grupo EcoRodovias deu continuidade à sua participação na campanha “Década de Ação pelo Trânsito Seguro”, lançada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e que visa reduzir o número de acidentes de trânsito.

Relatório da Administração

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. foi contratada para prestação dos seguintes serviços em 2014: Auditoria das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”); Revisão das Informações Contábeis Intermediárias Trimestrais de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executadas pelo Auditor da Entidade e ISRE2410 – “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”). Os honorários relativos a esses trabalhos são de R\$ 46,2 mil. A Companhia não contratou os Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles correlatos da auditoria externa.

Notas Explicativas

1. Informações gerais

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Ecopistas" ou "Companhia"), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo inicial de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo. A sede da Companhia fica localizada na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste. As ações da Companhia não são negociadas em bolsa de valores. As demais informações acerca do contrato de concessão estão descritas na Nota Explicativa nº 20.

Aprovação das demonstrações financeiras

A conclusão e emissão das demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia em 03 de março de 2015.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras da companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.406/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito na Nota Explicativa nº 28.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados; aqueles aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações financeiras, estão descritos a seguir.

As demonstrações financeiras da Companhia apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.

Notas Explicativas

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2. Moeda funcional da apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em Reais, a moeda do ambiente econômico da Companhia.

3. Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de forma consistente para os exercícios apresentados:

a) Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros*

Ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) empréstimos e recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, instrumentos financeiros cotados e não cotados e instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos ativos financeiros depende de sua classificação:

- Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, e outros recebíveis. Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando-se o método de taxa de juros efetiva deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A amortização do método de juros efetivos ou despesas financeiras (perdas por redução ao valor recuperável) são apresentadas na conta do resultado financeiro da demonstração do resultado.

Notas Explicativas

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(i) *Ativos financeiros*--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado principalmente quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, não é recuperável, tendo como base um ou mais eventos que tenham ocorrido depois do reconhecimento inicial do ativo e tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupos de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

Notas Explicativas

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(ii) *Passivos financeiros*

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e contratos de garantia financeira.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

- Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

3. Principais práticas contábeis--Continuação

a) Instrumentos financeiros--Continuação

(iii) *Instrumentos financeiros - apresentação líquida*

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O seguinte critério é aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

c) Provisões gerais

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e há uma estimativa confiável do valor da obrigação. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

3. Principais práticas contábeis--Continuação

d) Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo foram trazidos a seu valor presente na data das transações, em virtude de seus prazos, usando a taxa média de encargos financeiros em que incorre quando de suas captações, tanto para clientes quanto para fornecedores. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

e) Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos.

f) Normas, alterações e interpretações de normas

(i) *A seguir apresentamos os novos ou revisados pronunciamentos que ainda não estão em vigor e serão efetivos a partir do exercício social a iniciar-se em 1º de janeiro de 2015:*

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Tem o objetivo, em última instância, de substituir a IAS 39. As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) a norma divide todos os ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; e (iii) o conceito de derivativos embutidos foi extinto.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 9 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
IFRS 15 - Receitas de Contratos com Clientes	O principal objetivo é fornecer princípios claros para o reconhecimento de receita e simplificar o processo de elaboração das demonstrações contábeis.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 15 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 16 e IAS 38 - Métodos Aceitáveis de Depreciação e Amortização	Método de depreciação e amortização deve ser baseado nos benefícios econômicos consumidos por meio do uso do ativo.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração dos IAS16 e 38 e entende que sua adoção não provocará impacto em suas demonstrações financeiras.
Alteração IAS 1	Tem o objetivo de enfatizar que a informação contábil-financeira deve ser objetiva e de fácil compreensão.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos da alteração do IAS 1 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

3. Principais práticas contábeis--Continuação

f) Normas, alterações e interpretações de normas--Continuação

(ii) *Alterações de pronunciamentos já existentes*

Norma	Requerimento	Impacto nas demonstrações financeiras
IFRS 7 - Instrumentos Financeiros (Divulgação) - aplicabilidade das Divulgações de Offset às Demonstrações Financeiras Condensadas	A alteração suprime a expressão "e períodos intermediários dentro desses períodos anuais" do parágrafo 44R, esclarecendo que estes requerimentos de divulgação do IFRS 7 não são exigidas em demonstrações financeiras condensadas. No entanto, o IAS 34 exige que uma entidade divulgue "uma explicação dos eventos e transações que são significativas para a compreensão das alterações na posição financeira e do desempenho da entidade desde o final do último período anual". Portanto, se as divulgações do IFRS 7 refletem uma atualização significativa para a informação incluída no relatório anual mais recente, espera-se que estas sejam incluídas nas demonstrações financeiras condensadas. Esta alteração deverá ser aplicada retrospectivamente para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2016, com aplicação antecipada permitida. Vigência a partir de 01/01/2016.	A Administração da Companhia está avaliando os impactos do IFRS 7 e entende que sua adoção não provocará um impacto relevante em suas demonstrações financeiras.

4. Principais uso de estimativas e julgamento

A Administração da Companhia estabelece estimativas e premissas com relação a eventos no futuro. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício financeiro, estão contempladas a seguir:

- Taxa de desconto: a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos;
- Taxa de amortização: a determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas por meio de estudos econômicos de projeção de tráfego; e
- Provisões: a determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos.

Notas Explicativas

4. Principais uso de estimativas e julgamento--Continuação

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização do Contrato de Concessão, a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação de Contrato de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros, para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no Contrato de Concessão.

Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do Contrato de Concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço relacionado e que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, por exemplo, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, em contrapartida ao ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrente dos contratos de concessão limitado ao prazo final da concessão. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá devido à curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada por meio de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego na rodovia sob sua concessão.

Notas Explicativas

4. Principais uso de estimativas e julgamento--Continuação

Determinação das receitas de construção

A receita de construção é reconhecida pelo seu valor justo, assim como os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. De acordo com o ICPC (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) 01, sempre que uma concessionária de serviços públicos executa obras, mesmo que previstas contratualmente, esta realiza serviços de construção, sendo que estes podem possuir dois tipos de remuneração, ou por recebimento dos valores do Poder Concedente (ativo financeiro), ou pela remuneração da tarifa de pedágio (ativo intangível). Para essa última modalidade, a receita de construção deve ser reconhecida pelo seu valor justo, e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra e empresa que efetua os serviços de construção. A Administração da Companhia entende que as contratações dos serviços de construção são realizadas a valor de mercado, portanto, não reconhece margem de lucro nas atividades de construção.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

A Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para manutenção e obras futuras decorrentes dos gastos estimados, para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia, e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir as obrigações contratuais da concessão relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada por meio do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos, para fazer frente às respectivas obrigações (estimada para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de desconto, de 12,20% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações.
- b) Obrigações com Poder Concedente decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na Nota Explicativa nº 20.

Notas Explicativas

5. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Caixa e bancos	3.750	2.148
Aplicações financeiras:		
Fundo de investimento (a)	85.596	9.242
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (b)	1.313	28.574
	<u>90.659</u>	<u>39.964</u>

- (a) Fundo de investimento, que se enquadra na categoria "renda fixa - crédito privado", de acordo com a regulamentação vigente, cuja política de investimento tem como principal fator de risco a variação de taxa de juros doméstica ou índice de preços, ou ambos, e que tem como objetivo buscar valorização de suas cotas através da aplicação dos recursos em uma carteira de perfil conservador.

O Fundo não pode investir em operações especulativas ou operações que o exponham a obrigações superiores ao valor de seu patrimônio líquido. O Fundo, também, não pode investir em determinados ativos, tais como ações, índice de ações e derivativos.

Em 31 de dezembro de 2014 a carteira do Fundo de títulos e valores mobiliários era composta por 17,04% em Certificado de Depósito Bancário (CDB), 76,51% em Operações Compromissadas e 6,45% em Letra Financeira (LF).

As aplicações financeiras vinculadas são formadas por CDBs e fundos de investimentos, remunerados à taxa de 100,9% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

- (b) A Companhia possui aplicação financeira no Itaú Unibanco, na qual os recursos disponíveis em conta corrente são automaticamente aplicados e remunerados à taxa de 20,0% do CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. A referida aplicação possui liquidez imediata. Em 31 de dezembro de 2014, o valor aplicado nessa modalidade é de R\$1.313 (R\$1.456 em 31 de dezembro de 2013).

6. Títulos e valores mobiliários - vinculados

Os títulos e valores mobiliários - vinculados são investimentos temporários, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Fundo de Investimentos (a)	53.165	47.864
Poupança (b)	1.794	10.193
	<u>54.959</u>	<u>58.057</u>
Circulante	54.959	47.864
Não circulante	-	10.193

- (a) Os Fundos de Investimentos são remunerados à taxa de 99,1% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários - vinculados por estarem vinculadas ao processo de liquidação das debêntures e financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES da Companhia como garantia de recursos de pagamento de juros e principal (vide Notas Explicativas nºs 15 e 16).

Notas Explicativas

6. Títulos e valores mobiliários - vinculados--Continuação

- (b) Refere-se ao Termo de Compromisso de Compensação Ambiental que a Companhia celebrou com a Companhia Ambiental do Estado de São Paulo - CETESB, comprometendo-se a utilizar os recursos a título de compensação ambiental nas ações a serem definidas e deliberadas pela Câmara de Compensação Ambiental (CCA). Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia possui um saldo de R\$1.794 (R\$10.193 em 31 de dezembro de 2013) registrado sob a rubrica "Outras contas a pagar" no passivo não circulante referente a essas obrigações.

7. Clientes

Representados por pedágio eletrônico, cupons e faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, pedágio eletrônico, acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Pedágio eletrônico	15.482	14.306
Cupons de pedágio	636	377
Receitas acessórias	1.221	1.031
(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD (a)	(1.148)	(1.316)
	<u>16.191</u>	<u>14.398</u>

- (a) Refere-se à constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa. A política de contas a receber do Grupo EcoRodovias no qual a Companhia está inserida, estabelece que a Constituição de PCLD seja realizada com base nos clientes vencidos há mais de 120 dias.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
A vencer	-	14.158
Vencidos:	16.189	-
Até 30 dias	2	81
De 31 a 60 dias	-	-
De 61 a 90 dias	-	159
Acima de 90 dias	-	1.316
Acima de 120 dias	1.148	-
	<u>17.339</u>	<u>15.714</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é conforme segue:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial	1.316	-
Valores recuperados no período	(674)	-
Constituição de PCLD no exercício	506	1.316
Valores recuperados no exercício	1.148	1.316

Notas Explicativas

8. Despesas antecipadas

O saldo da rubrica “Despesas antecipadas” em 31 de dezembro de 2014 é de R\$982 (R\$1.306 em 31 de dezembro de 2013) e refere-se substancialmente a prêmios de seguros a apropriar, classificados no ativo circulante. Vide Nota Explicativa nº 30.

9. Tributos a recuperar

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Imposto Retido na Fonte (IRRF) a recuperar	56	1.100
	56	1.100

10. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial	2.714	2.356
Adições	358	162
Baixas	(211)	(4)
Atualização monetária	296	200
Saldo final	3.157	2.714

Notas Explicativas

11. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é registrado na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva. A depreciação é calculada pelo método linear a taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. Nas tabelas abaixo são apresentadas as taxas médias de depreciação para cada grupo de ativo.

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custo				Depreciação				Residual		
		Saldos em 31/12/2012		Saldos em 31/12/2013		Saldos em 31/12/2012		Saldos em 31/12/2013		Saldos em 31/12/2013		
		Adições	Baixas	Transferências	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	
Hardwares	19,3	32.478	10.844	-	34	43.356	(13.436)	(7.313)	-	(20.749)	22.607	19.042
Máquinas e equipamentos	12,2	519	30	-	-	549	(124)	(65)	-	(189)	360	395
Móveis e utensílios	10,2	1.062	100	-	-	1.162	(261)	(113)	-	(374)	788	801
Edificações	3,6	250	-	-	-	250	(25)	(9)	-	(34)	216	225
Instalações	9,9	2.085	414	-	-	2.499	(157)	(228)	-	(385)	2.114	1.928
Outros	12,4	504	28	-	(34)	498	(1)	(60)	-	(61)	437	503
		36.898	11.416	-	-	48.314	(14.004)	(7.788)	-	(21.792)	26.522	22.894

Notas Explicativas

11. Imobilizado--Continuação

Política contábil--Continuação

	Taxas médias anuais de depreciação %	Custo				Depreciação				Residual			
		Saldos em 31/12/2013		Saldos em 31/12/2014		Saldos em 31/12/2013		Saldos em 31/12/2014		31/12/2014		31/12/2013	
		Adições	Baixas	Transferências	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas	Adições	Baixas
Hardwares	19,0	43.356	4.716	-	(89)	-	47.983	(20.749)	(8.667)	88	(29.328)	18.655	22.607
Máquinas e equipamentos	11,0	549	231	-	-	-	780	(189)	(73)	-	(262)	518	360
Móveis e utensílios	9,5	1.162	335	-	-	-	1.497	(374)	(126)	-	(500)	997	788
Edificações	1,6	250	-	-	-	-	250	(34)	(4)	-	(38)	212	216
Instalações	8,2	2.499	2.107	-	-	-	4.606	(385)	(290)	-	(675)	3.931	2.114
Outros	-	498	-	-	(268)	-	230	(61)	(2)	-	(63)	167	437
		48.314	7.389	(89)	(89)	(268)	55.346	(21.792)	(9.162)	88	(30.866)	24.480	26.522

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos, financiamentos e debêntures ou de processos de qualquer natureza.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram capitalizados encargos financeiros de R\$9, em 31 de dezembro de 2013 não foram capitalizados encargos financeiros.

Notas Explicativas

12. Intangível

Política contábil

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado por meio da projeção de curva de tráfego estimada pelo prazo de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

	Taxas médias anuais de amortização - %	Custo				Amortização				Residual		
		Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transferência	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2013	Saldos em 31/12/2012	
Contratos de concessão	(*)	854.389	161.845	-	-	1.016.234	(40.313)	-	(25.994)	(66.307)	949.927	814.076
Softwares de terceiros	19,9	948	41	-	-	989	(468)	-	(193)	(661)	328	480
		855.337	161.886	-	-	1.017.223	(40.781)	-	(26.187)	(66.968)	950.255	814.556
		Custo				Amortização				Residual		
		Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transferência	Saldos em 31/12/2014	Saldos em 31/12/2013	Adições	Baixas	Saldos em 31/12/2014	Saldos em 31/12/2013	
Contratos de concessão	(*)	1.016.234	123.001	(151)	268	1.139.352	(66.307)	(27.917)	9	(94.215)	1.045.137	949.927
Intangível em andamento		-	521	-	-	521	-	-	-	-	521	-
Softwares de terceiros	18,9	989	246	-	-	1.235	(661)	(202)	-	(863)	372	328
		1.017.223	123.768	(151)	268	1.141.108	(66.968)	(28.119)	9	(95.078)	1.046.030	950.255

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida ao resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. A taxa média anual de amortização em 31 de dezembro de 2014 é de 2,59% a.a. (2,78% a.a. em 31 de dezembro de 2013).

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

Notas Explicativas

13. Imposto de renda e contribuição social

Política contábil

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final em cada data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais e base negativa, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis, e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e ajustada pelo montante que se espera que seja recuperado.

O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são reconhecidos como despesa ou receita no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

a) *Tributos diferidos*

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	Balanço patrimonial			Resultado	
	31/12/2013	Adições	Baixas	31/12/2014	31/12/2014
Provisão para perdas tributárias, cíveis e trabalhistas	322	335	(344)	313	(9)
Provisão para férias e encargos de diretores	4	17	-	21	17
Provisão para devedores duvidosos	444	169	(248)	365	(79)
Provisão para manutenção	5.896	2.108	-	8.004	2.108
Juros capitalizados	(143)	-	29	(114)	29
AVP ônus Concessão	2.910	-	(280)	2.630	(280)
Efeito Lei nº 12.973/14 - Extinção RTT (*)	(29.163)	-	1.104	(28.059)	1.104
IR e CS diferido - ativo/(passivo)	(19.730)	2.629	261	(16.840)	
Receita (despesa) de IR e CS diferido					2.890

(*) O RTT contempla ICPC-01, AVP Ônus da Concessão e Juros Capitalizados.

Notas Explicativas

13. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

Política contábil--Continuação

a) *Tributos diferidos--Continuação*

A Administração preparou estudo acerca da realização futura do ativo fiscal diferido, considerando a capacidade provável de geração futura de lucros tributáveis, no contexto das principais variáveis de seus negócios, que podem, portanto, sofrer alterações.

(*) Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB nº 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627), que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº 1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. Em 13 de maio de 2014, a MP 627 foi convertida na Lei nº 12.973/14. A Lei não alterou substancialmente os assuntos abordados pela MP 627, fazendo-se necessário mencionar dois temas, que de acordo com o nosso entendimento, são os principais: (a) A adequação das normas tributárias às novas normas contábeis introduzidas pela Lei nº 11.638/07 (fim do "RTT", com a consequente aproximação das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais *IFRS - International Financial Reporting Standards*); (b) Introdução de novas regras relacionadas à tributação de lucros provenientes de controladas e coligadas no Exterior.

A nova legislação trouxe a opção de sua adoção antecipada para o exercício de 2014 ou a adoção obrigatória a partir de 2015. A Companhia decidiu pela adoção antecipada no exercício de 2014, visto que a adoção em 2015 poderia impactar a distribuição dos dividendos excedentes do resultado de 2014 com a aplicação das novas regras, um dos principais pontos introduzidos pela Lei nº 12.973/14.

Os efeitos registrados até o ano imediatamente anterior a adoção (31 de dezembro de 2013) serão amortizados ao longo do prazo de concessão da Companhia, conforme prevê a Lei nº 12.973/14 e os efeitos do ano de 2014 já estão enquadrados nas novas normas tributárias.

b) *Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social*

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	31/12/2014	31/12/2013
Lucro/prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	11.654	36.334
Alíquota	34%	34%
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(3.962)	(12.354)
Juros sobre o capital próprio	-	3.308
Despesas indedutíveis	(14)	(100)
Incentivos fiscais (PAT)	(138)	(31)
Outros	(164)	(114)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	(4.278)	(9.291)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social correntes	(7.168)	(2.637)
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferidos	2.890	(6.654)

Notas Explicativas**13. Imposto de renda e contribuição social--Continuação**Política contábil--Continuaçãoc) *Imposto de renda e contribuição social pagos*

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial provisão IR/CS	-	-
Despesa IR/CS corrente DRE	7.168	2.637
Total IR/CS pagos no exercício	(1.834)	(2.637)
Saldo final provisão IR/CS	5.334	-

14. Impostos, taxas e contribuições a recolher

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	1.189	1.074
Cofins	718	647
PIS	155	140
ISS na fonte	329	364
INSS fonte	306	541
Outros	422	283
	3.119	3.049

15. Empréstimos e financiamentos

<u>Credor</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Em moeda nacional - BNDES	15 de junho de 2021	TJLP + 2,45% a.a.	230.946	197.897
Circulante			26.830	21.250
Não circulante			204.116	176.647

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial	197.897	114.602
Adições	53.593	96.592
Encargos financeiros	16.920	13.896
Pagamento principal	(22.855)	(15.353)
Pagamento de juros	(14.609)	(11.840)
Saldo final	230.946	197.897

Notas Explicativas**15. Empréstimos e financiamentos--Continuação**

Em fevereiro de 2011, a Ecopistas firmou contrato de empréstimo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES no montante de R\$355.396, divididos em 12 subcréditos, destinados a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação da capacidade do corredor formado pelas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Seguem as principais características do contrato.

Garantia A Ecopistas cedeu todos os direitos de crédito, presentes e futuros, decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no sistema rodoviário e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão das Rodovias Ayrton Senna-Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do contrato de concessão.

Índices financeiros exigidos (i) A razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) Índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20; e (iii) Razão entre a dívida líquida e o EBTIDA ajustado deve ser inferior a 4,00. Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2014, conforme demonstrado abaixo.

Índices financeiros Ecopistas BNDES	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	30,13%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,70
(iii) Dívida líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,83

(*) Índice não auditado pelos auditores independentes.

Os subcréditos e liberações efetuadas são como segue:

Subcrédito	Total	Liberado	Amortização	Parcelas
a	99.200	99.200	31.327	114 mensais
b	85.528	85.528	14.377	114 mensais
c	-	-	-	-
d	27.999	27.999	2.947	114 mensais
e	21.769	21.769	-	10 anuais
f	21.769	-	-	10 anuais
g	21.769	-	-	10 anuais
h	22.218	-	-	114 mensais
i	4.848	-	-	10 anuais
j	11.281	11.281	-	114 mensais
k	29.846	22.438	-	114 mensais
l	9.169	9.169	-	10 anuais
Total	355.396	277.384	48.651	

Notas Explicativas**15. Empréstimos e financiamentos--Continuação**

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
2015	-	19.552
2016	31.238	24.098
2017	31.174	24.042
2018	31.231	24.095
2019	31.404	24.353
2020	31.411	24.361
Posteriores a 2021	47.658	36.146
	<u>204.116</u>	<u>176.647</u>

16. Debêntures

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Principal corrigido	439.420	422.185
Remuneração (juros)	16.147	20.518
Custos com emissão de debêntures (*)	(8.293)	(9.519)
	<u>447.274</u>	<u>433.184</u>
Circulante	39.871	33.773
Não circulante	407.403	399.411

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial	433.184	419.750
Encargos financeiros	65.131	59.980
Pagamento do principal	(12.210)	(10.385)
Pagamento de juros	(38.831)	(36.161)
Saldo final	<u>447.274</u>	<u>433.184</u>

(*) Os custos com emissão são referentes a todos os gastos que a Companhia incorreu para a emissão das debêntures, como gastos com bancos, advogados, auditores, entre outros. E sua amortização no resultado é efetuada usando o método da taxa efetiva de juros.

Notas Explicativas

16. Debêntures--Continuação

Descrição	
Forma e conversibilidade	Nominativas e escriturais, não conversíveis em ações
Quantidade emitida	370 (em quatro séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$1.000
Data de emissão	15/01/2011
Valor de emissão	R\$ 370.000
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2014	1ª série - R\$1.301 2ª série - R\$1.231 3ª série - R\$1.208 4ª série - R\$1.183
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - atualização monetária anual pela variação do IPCA
Remuneração (juros e correção)	1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries - IPCA + 8,25%
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Vencimento da amortização	1ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/01/13 a 15/01/23) 2ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/04/12 a 15/04/22) 3ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/07/12 a 15/07/22) 4ª série: anualmente, em 11 parcelas (15/10/12 a 15/10/22)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	a) Para cada subcrédito em Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a três vezes o valor da primeira parcela vincenda da amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela, a quantia equivalente a três vezes o valor da soma da última parcela vincenda de amortização de principal e encargos da dívida (até 15 dias contados da data da última prestação vincenda). b) Para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 do valor da última parcela vincenda de amortização de principal e encargos de subcrédito (até três meses anteriores ao vencimento de cada prestação). c) No que se refere às debêntures objeto da escritura, a constituição da quantia equivalente à próxima parcela de amortização do principal e/ou juros das debêntures (no dia seguinte à liquidação das debêntures).
Instituição depositária das debêntures	Itaú Unibanco S.A.
Local de pagamento	CETIP e/ou BOVESPAFIX

Notas Explicativas**16. Debêntures--Continuação**

Descrição	
Instituição responsável pela conta de reserva	Itaú Unibanco S.A.
Agente fiduciário	Planner Trustee DTVM Ltda.
Garantias	Alienação fiduciária de 100% das ações da Ecopistas e alienação fiduciária de 100% dos créditos oriundos do pedágio
Cláusula de repactuação das debêntures	Não há cláusulas de repactuação
Classificação de riscos	"brAA+" da Standard & Poors
Manutenção de índices financeiros	(i) A razão entre o patrimônio líquido e o passivo total deve ser superior a 20%; (ii) o índice de cobertura do serviço da dívida deve ser igual ou superior a 1,20; e (iii) a razão entre a dívida líquida e o EBITDA ajustado deve ser inferior a 4,00.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição por ano:

	31/12/2014			31/12/2013		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2015	-	-	-	18.953	(1.473)	17.480
2016	24.218	(1.378)	22.840	22.729	(1.378)	21.351
2017	33.531	(1.407)	32.124	31.469	(1.407)	30.062
2018	45.085	(1.334)	43.751	43.258	(1.334)	41.924
2019	59.266	(1.080)	58.186	56.864	(1.080)	55.784
2020 a 2023	252.123	(1.621)	250.502	234.431	(1.621)	232.810
	414.223	(6.820)	407.403	407.704	(8.293)	399.411

Os índices financeiros exigidos foram atendidos em 31 de dezembro de 2014, conforme demonstrado abaixo:

	Exigido	Medido (*)
(i) PL/passivo total	> 20%	30,13%
(ii) Cobertura da dívida	> 1,20	1,70
(iii) Dívida Líquida/EBTIDA ajustado	< 4,00	3,83

(*) Índice não auditado pelos auditores independentes.

A Taxa Interna de Retorno (TIR) das transações está demonstrada a seguir:

Série	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Debêntures - 1ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,84%
Debêntures - 2ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,97%
Debêntures - 3ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,91%
Debêntures - 4ª série	15/01/11	92.500	(3.167)	89.333	IPCA + 8,25%	IPCA + 8,87%
		370.000	(12.668)	357.332		

Notas Explicativas

17. Partes relacionadas

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles relacionadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos e movimentações relativos a operações com partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Balço patrimonial	Natureza	Ativo	Ativo não	Passivo
		circulante	circulante	circulante e não circulante
		Cientes	Intangível	Contas a pagar
Circulante:				
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	17
CBB Indústria e Comércio de Asfalto e Engenharia Ltda. (c)	Outras partes relacionadas	-	-	215
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (d)	Controladora	7	-	7
ECO101 Concessionária de Rodovias S.A. (d)	Outras partes relacionadas	2	-	19
Ecovias dos Imigrantes S.A. (d)	Outras partes relacionadas	-	-	54
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	-	-	5.648
		9	-	5.960
Não circulante:				
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	96.252
		-	-	96.252
Intangível				
TB Transportadora Betumes Ltda. (c)		-	618	-
CBB Indústria e Comércio de Asfalto e Engenharia Ltda. (c)		-	4.545	-
		-	5.163	-
Total em 31 de dezembro de 2014		9	5.163	102.212
Total em 31 de dezembro de 2013		14.313	7.822	88.058
		Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Despesas financeiras
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	Controladora direta	-	-	10.517
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (a)	Controladora direta	23.771	12.337	-
Total em 31 de dezembro de 2014		23.771	12.337	10.517
Total em 31 de dezembro de 2013		5.666	2.937	7.529

Notas Explicativas

17. Partes relacionadas--Continuação

- (a) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de R\$36.108, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.
- (b) Em 08 de outubro de 2010 foi firmado um contrato de mútuo entre a EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e a Companhia. Em 31 de dezembro de 2014, há um saldo em aberto de R\$96.252 (R\$87.313 em 31 de dezembro de 2013), atualizado por 100% do CDI e com vencimento em 31 de março de 2016.
- (c) A CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda., formada pelos acionistas da parte relacionada C.R. Almeida Engenharia e Obras S.A., controladora da Companhia, prestam serviços no fornecimento e transporte de material à Companhia. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e a CBB Indústria e Comércio de Asfaltos e Engenharia Ltda. e TB Transportadora de Betumes Ltda. é de R\$51.613. O prazo para execução desses serviços é de dezembro de 2016 e em 31 de dezembro de 2014, há um saldo de serviços a realizar de R\$41.561. Os saldos em aberto a pagar R\$232 (sobre os serviços já realizados) têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a encargos financeiros e nem foram concedidas garantias aos credores.
- (d) O saldo refere-se à transferência de funcionários entre empresas (provisões de 13º salário e férias), os saldos têm vencimento em até 45 dias, não estão sujeitos a juros nem à atualização monetária e não foram concedidos avais e garantias.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

Em 31 de dezembro de 2014 foram pagos e provisionados aos administradores benefícios de curto prazo (salários, participação nos lucros, previdência privada e plano de opção com base em ações), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas". A Companhia concede a alguns executivos plano de opção com base em ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); e (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho.

Em Assembleia Geral Ordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia a findar em 31 de dezembro de 2014 em R\$1.100 (R\$923 em 31 de dezembro de 2013).

Notas Explicativas**17. Partes relacionadas--Continuação**Remuneração dos administradores--Continuação

A remuneração dos administradores no exercício está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Remuneração (fixa/variável)	719	709
Plano de opção com base em ações (vide Nota Explicativa nº 22.c)	110	47
Previdência privada	26	36
	<u>855</u>	<u>792</u>

18. Provisão para manutenção

Os valores registrados como provisão referem-se à manutenção da infraestrutura, a ser realizada durante o período da concessão, e são ajustados a valor presente com a taxa de 12,20% ao ano, correspondentes às taxas de captação de empréstimos. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem, em média, a cada cinco anos.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2012</u>	<u>Adição</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2013</u>
Constituição da provisão para manutenção	8.523	4.028	-	12.551
Efeito de valor presente sobre a constituição	(2.670)	(1.140)	-	(3.810)
Ajuste a valor presente - realizações	873	-	759	1.632
	<u>6.726</u>	<u>2.888</u>	<u>759</u>	<u>10.373</u>
Circulante	<u>-</u>			<u>-</u>
Não circulante	<u>6.726</u>			<u>10.373</u>

	<u>31/12/2013</u>	<u>Adição</u>	<u>Efeito financeiro</u>	<u>31/12/2014</u>
Constituição da provisão para manutenção	12.551	8.262	-	20.813
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.810)	(2.768)	-	(6.578)
Ajuste a valor presente - realizações	1.632	-	708	2.340
	<u>10.373</u>	<u>5.494</u>	<u>708</u>	<u>16.575</u>
Circulante	<u>-</u>			<u>4.850</u>
Não circulante	<u>10.373</u>			<u>11.725</u>

Notas Explicativas**19. Provisão para construção de obras futuras**

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível, os valores são ajustados a valor presente a taxa de 12,20% a.a., correspondente à taxa média ponderada das captações de empréstimos.

Essa provisão está de acordo com a orientação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis OCPC-05 dos itens 31 a 33 que trata dos serviços de construção que não representam potencial de geração de receita adicional, em que a Companhia deve estimar os valores relativos a essas obras e reconhecer seu passivo em contrapartida ao intangível no início da vigência dos termos contratuais.

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	31/12/2012	Baixa	Efeito financeiro	31/12/2013
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	-	13.169
Realização da construção	(3.087)	(564)	-	(3.651)
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	3.971	-	-	3.971
	<u>10.083</u>	<u>(564)</u>	<u>-</u>	<u>9.519</u>
Circulante	<u>2.142</u>			<u>9.519</u>
Não circulante	<u>7.941</u>			<u>-</u>

	31/12/2013	Baixa	Efeito financeiro	31/12/2014
Constituição da provisão para obras futuras	13.169	-	-	13.169
Realização da construção	(3.651)	(1.687)	-	(5.338)
Efeito de valor presente sobre a constituição	(3.970)	-	-	(3.970)
Ajuste a valor presente - realizações	3.971	-	-	3.971
	<u>9.519</u>	<u>(1.687)</u>	<u>-</u>	<u>7.832</u>
Circulante	<u>9.519</u>			<u>7.832</u>
Não circulante	<u>-</u>			<u>-</u>

Notas Explicativas

20. Obrigações com o Poder Concedente

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Parcelas variáveis	359	324

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação do pedágio até 30 de junho de 2013. A partir dessa data, conforme publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 27 de julho de 2013, a alíquota passou a ser 1,5%.

A movimentação está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Saldo inicial	324	590
Custo (vide Nota Explicativa nº 24)	3.834	5.546
Pagamentos	<u>(3.799)</u>	<u>(5.812)</u>
Saldo final	<u>359</u>	<u>324</u>

A Companhia estima o montante relacionado a seguir, em 31 de dezembro de 2014, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final do Contrato de Concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódica das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados.

<u>Natureza dos custos</u>	<u>31/12/2014</u> <u>Previsão de 2015-2039</u>	<u>31/12/2013</u> <u>Previsão de 2014-2039</u>
Melhorias na infraestrutura	214.667	293.288
Conservação especial (manutenção)	403.270	409.120
Equipamentos	191.265	187.355

21. Provisão para perdas trabalhistas e cíveis

Política contábil

A Companhia faz parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Notas Explicativas

21. Provisão para perdas trabalhistas e cíveis--Continuação

Política contábil--Continuação

A movimentação e os saldos estão demonstrados a seguir:

	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2013	281	127	408
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	2.635	781	3.416
(-) Pagamentos	(263)	(176)	(439)
(+) Atualização monetária	20	45	65
Saldos em 31 de dezembro de 2013	2.673	777	3.450
	Cíveis (a)	Trabalhistas (b)	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2014	2.673	777	3.450
(+/-) Complemento (reversão) de provisão	358	800	1.158
(-) Pagamentos	(182)	(1.034)	(1.216)
(+) Atualização monetária	89	100	189
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.938	643	3.581

(a) Processos cíveis

O valor provisionado corresponde, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outros processos de natureza cível que totalizam em 31 de dezembro de 2014 no montante de R\$4.679 (R\$4.676 em 31 de dezembro de 2013), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(b) Processos trabalhistas

O valor provisionado corresponde, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras. A Companhia possui outros processos de natureza trabalhista que totalizam em 31 de dezembro de 2014 o montante de R\$8.289 (R\$4.220 em 31 de dezembro de 2013), avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(c) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2014, existem processos de natureza tributária que totalizam R\$480 (R\$0 em 31 de dezembro de 2013), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração; portanto, sem constituição de provisão.

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014, o capital social subscrito e integralizado de R\$309.725 representado por 309.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (R\$228.725 e 228.725.000 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2013). Em 30 de setembro, 23 e 30 de dezembro de 2014, foram integralizados os montantes de R\$45.000, R\$31.000 e R\$5.000, respectivamente no capital social da Companhia.

Notas Explicativas

22. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Capital autorizado

Conforme o artigo 6 do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social até o limite de R\$350.000, por deliberação do Conselho de Administração, ao qual caberá fixar o preço de emissão e as demais condições de emissão, subscrição e integralização dessas ações.

b) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2014, o valor da reserva legal é de R\$4.560 e em 31 de dezembro de 2013 é de R\$4.191.

c) Reserva de capital - plano de opção com base em ações

Conforme deliberado em AGE da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., datada de 31 de agosto de 2010, foi aprovado um Plano Geral para Outorga de Opção de Compra de Ações aos diretores e empregados do Grupo EcoRodovias. O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura é o responsável por definir e administrar o referido plano.

A Companhia mensura o custo de transações liquidadas com ações com os Administradores baseado no valor justo dos instrumentos patrimoniais da data da sua outorga.

O custo com transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido como “despesa de pessoal”, em conjunto com um correspondente aumento no patrimônio líquido, ao longo do período em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição).

O plano de opção com base em ações tem como objetivo permitir que os beneficiários se tornem acionistas da EcoRodovias Infraestrutura de maneira que atuem de forma direta e ativa na busca por resultados positivos. São elegíveis para participar diretores estatutários da Companhia e de suas controladas e empregados-chave que não sejam administradores estatutários, incluindo aqueles das controladas da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

A outorga de opções deve respeitar o limite máximo de até 2% de ações ordinárias do capital social efetivamente emitidas pela EcoRodovias Infraestrutura, ações estas que deverão ser apenas ações em tesouraria.

Notas Explicativas**22. Patrimônio líquido--Continuação**c) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

O preço das opções corresponderá ao valor da ação da EcoRodovias Infraestrutura, atualizado monetariamente pelo IPCA ou por outro índice de base de apuração equivalente que seja escolhido pela AGE da EcoRodovias Infraestrutura.

O Conselho de Administração da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. disponibilizou 273.939 ações ordinárias para esse plano, como segue:

Data	1ª outorga 31/08/2010	2ª outorga 22/03/2011	3ª outorga 25/04/2012	4ª outorga 28/04/2014
Quantidade de opções de ações	16.489	28.516	30.587	198.347
Preço no período - R\$ por ação	R\$9,95	R\$13,06	R\$13,58	R\$12,18
Índice de reajuste	IPCA	IPCA	IPCA	IPCA

A Companhia reconhece no resultado, durante o período de prestação dos serviços, o prazo de carência e o custo com a remuneração aos beneficiários com base no valor justo das opções na data da outorga, utilizando o modelo Black-Scholes para a precificação do valor justo das opções. Em 31 de dezembro de 2014, foi registrado na rubrica “Prêmio de opções” o valor de R\$110 (R\$47 em 31 de dezembro de 2013).

A EcoRodovias Infraestrutura efetuará a liquidação desse plano de opção com base em ações entregando ações de sua própria emissão que serão mantidas em tesouraria até o efetivo período das ações por parte dos beneficiários.

As variações nas quantidades de opções de compra de ações estão apresentadas a seguir:

	1ª outorga	2ª outorga	3ª outorga	5ª outorga	Total
Em 31 de dezembro de 2009	-	-	-	-	-
Outorgadas	16.489	-	-	-	16.489
Em 31 de dezembro de 2010	16.489	-	-	-	16.489
Outorgadas	-	28.516	-	-	28.516
Em 31 de dezembro de 2011	16.489	28.516	-	-	45.005
Outorgadas	-	-	30.587	-	30.587
Em 31 de dezembro de 2012	16.489	28.516	30.587	-	75.592
Outorgadas	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2013	16.489	28.516	30.587	-	75.592
Outorgadas	-	-	-	-	-
Em 31 de março de 2014	16.489	28.516	30.587	-	75.592
Outorgadas	-	-	-	198.347	198.347
Em 30 de junho de 2014	16.489	28.516	30.587	198.347	273.939
Outorgadas	-	-	-	-	-
Em 30 de setembro de 2014	16.489	28.516	30.587	198.347	273.939
Outorgadas	-	-	-	-	-
Em 31 de dezembro de 2014	16.489	28.516	30.587	198.347	273.939

Notas Explicativas

22. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reserva de capital - plano de opção com base em ações--Continuação

A aquisição do direito ao período da opção ocorrerá na forma e nos prazos apresentados a seguir:

Ano	Preço médio do período por ação em R\$	Quantidade de ações	Valor justo médio da opção em R\$	Total	Prazo para exercer
2015	14,60	14.788	7,26	107	11 meses
2016	13,99	7.647	4,30	33	23 meses
2017	12,37	49.586	1,85	92	35 meses
2018	12,37	49.589	2,10	104	47 meses
		121.610	3,88	336	

d) Reserva de retenção de lucros - orçamento de capital

Constituída nos termos dos artigos 25 e 196 da Lei nº 6.404/76, parágrafo primeiro da Instrução CVM nº 480. O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2014 é de R\$61.941 (R\$56.418 em 31 de dezembro de 2013).

e) Dividendos propostos

Aos acionistas são garantidos dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 não foram distribuídos valores a título de dividendos ou juros sobre capital próprio.

23. Receita líquida

Política contábil

Receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de cancelamentos, e o resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- (a) As receitas de pedágio, reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.

Notas Explicativas**23. Receita Líquida--Continuação**Política contábil--Continuação*Receitas--Continuação*

- (b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- (c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Receitas de operação ou de construção são reconhecidas no período em que os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos aos serviços entregues.

Imposto sobre prestação de serviços

Receitas e despesas são reconhecidas líquidas dos tributos sobre prestação de serviços, exceto quando os impostos sobre prestação de serviços incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, isso ocorrerá quando os impostos sobre prestação de serviços são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesas conforme o caso; e quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre prestação de serviços.

Quando o valor líquido dos impostos sobre prestação de serviços, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	91.923	87.957
Pedágio por equipamento eletrônico	145.585	131.564
Vale-pedágio	6.949	7.799
	244.457	227.320
Receita de construção	125.045	164.357
Receitas acessórias (a)	11.151	9.402
Receita bruta	380.653	401.079
Deduções da receita bruta (b)	(22.251)	(20.418)
Receita líquida	358.402	380.661

(a) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa de domínio, publicidade, implantação e concessão acessórias.

Notas Explicativas**23. Receita Líquida--Continuação**Política contábil--Continuação*Imposto sobre prestação de serviços--Continuação*

(b) Sobre a receita de construção não há incidência de impostos sobre faturamento. Segue tabela com receitas tributáveis para análise adequada das deduções da receita:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
<u>Base de cálculo dos impostos</u>		
Receitas com arrecadação de pedágio	244.457	227.320
Receitas acessórias	11.151	9.402
	<u>255.608</u>	<u>236.722</u>
<u>Deduções</u>		
Cofins (3%)	(7.668)	(7.102)
PIS (0,65%)	(1.661)	(1.539)
ISS (2% a 5%)	(12.717)	(11.777)
Descontos e abatimentos	(205)	-
	<u>(22.251)</u>	<u>(20.418)</u>

24. Custos e despesas operacionais - por natureza

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Pessoal	20.004	19.629
Conservação e manutenção	11.876	10.235
Serviços de terceiros (a)	47.178	18.068
Seguros (vide Nota Explicativa nº 30)	2.367	2.918
Poder Concedente	3.834	5.546
Provisão para manutenção	5.494	2.888
Custos com construção	125.045	164.357
Depreciações e amortizações	37.281	33.975
Locação de imóveis e máquinas	2.162	2.148
Outros custos e despesas operacionais	6.757	8.471
	<u>261.998</u>	<u>268.235</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	237.779	251.804
Despesas gerais e administrativas	24.219	16.431
	<u>261.998</u>	<u>268.235</u>

(a) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de assessoria e consultoria, serviços de limpeza e outros.

Notas Explicativas**25. Resultado financeiro**

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	9.575	6.844
Variação monetária sobre debêntures	829	-
Outras	409	250
	<u>10.813</u>	<u>7.094</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(36.714)	(35.545)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(16.920)	(13.896)
Variação monetária sobre debêntures	(28.020)	(23.157)
Amortização de custos das debêntures	(1.226)	(1.278)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - interpretação técnica ICPC 01	(708)	(759)
Juros sobre contrato de mútuo	(10.517)	(7.529)
Outras	(1.473)	(1.022)
	<u>(95.578)</u>	<u>(83.186)</u>
Resultado financeiro, líquido	<u>(84.765)</u>	<u>(76.092)</u>

26. Lucro por açãoa) Lucro básico

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Lucro do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	7.376	27.043
Quantidade de ações ordinárias	240.917	199.970
Média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro/prejuízo básico por ação		
Lucro básico por ação das operações continuadas	<u>0,03</u>	<u>0,14</u>

b) Lucro diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações e não efetua diluição pelo plano de opção de ações, divulgada na Nota Explicativa 22.c, pois o plano de opção é da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Notas Explicativas

27. Participação nos Lucros e Resultados (PLR)

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. Em 31 de dezembro de 2014, a participação nos lucros e resultados foi de R\$1.135 (R\$881 em 31 de dezembro de 2013), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

28. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

Gestão de capital

O Grupo EcoRodovias, no qual a Companhia está inserida, administra seu capital para assegurar que as Companhias que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido da Companhia.

A Companhia revisa semestralmente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

Gestão de riscos

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos, os quais são resumidos abaixo:

a) *Risco de mercado*

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado, para a Companhia, englobam o risco da taxa de juros.

Notas Explicativas**28. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação**Gestão de riscos--Continuaçãoa) *Risco de mercado--Continuação*Índices de endividamento

	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2013</u>
Dívida (i)	678.579	631.405
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - vinculados	(145.618)	(98.021)
Dívida líquida	532.961	533.384
Patrimônio líquido (ii)	376.229	289.495
Índice de endividamento líquido	1,42	1,84

(i) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente, circulantes e não circulantes, conforme detalhado nas Notas Explicativas nºs 15, 16 e 20.

(ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. As aplicações financeiras são definidas como empréstimos e recebíveis.
- Aplicações financeiras: são formadas por CDB e fundos de investimentos e renda fixa, remunerados a taxa média ponderada de 100,2% do CDI, e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes e fornecedores: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis e estão registrados pelos valores originais, sujeitos à provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos e obrigações com o Poder Concedente: classificados como outros passivos financeiros; portanto, não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos valores contratuais de cada operação.

Notas Explicativas**28. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação**Gestão de riscos--Continuaçãoa) *Risco de mercado--Continuação*Valor justo de ativos e passivos financeiros

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2014 são como segue:

	<u>Classificação</u>	<u>Saldo contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:			
Caixa e bancos (ii)	Empréstimos e recebíveis	3.750	3.750
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	16.191	16.191
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários - vinculados (ii)	Empréstimos e recebíveis	141.868	141.868
Passivos:			
Fornecedores (i)	Outros passivos financeiros	16.275	16.275
Empréstimos e financiamentos (iii)	Outros passivos financeiros	230.946	230.946
Debêntures (iii)	Outros passivos financeiros	447.274	447.274

(i) Os saldos de clientes e fornecedores possuem prazo de vencimento em até 45 dias, portanto, aproximam-se do valor justo esperado pela Companhia.

(ii) Os saldos de caixa e aplicações financeiras aproximam-se do valor justo na data do balanço.

(iii) Os empréstimos e financiamentos e debêntures aproximam-se do valor justo na data do balanço.

b) *Risco de taxa de juros*

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras em que são remunerados por taxas de juros variáveis, que podem ser indexados à variação de índices de inflação. Esse risco é administrado pela Companhia através da manutenção de empréstimos a taxas de juros pré-fixadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos financeiros está detalhada no item Gerenciamento de risco de liquidez desta nota explicativa.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Notas Explicativas

28. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de riscos--Continuação

c) *Risco de crédito*

Instrumentos financeiros, potencialmente, sujeitam a Companhia a concentrações de risco de crédito e consistem, primariamente, em caixa, equivalentes de caixa e clientes.

A Companhia mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras com instituições financeiras de primeira linha, aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia apresentava valores a receber da empresa Serviços de Tecnologia de Pagamentos S.A. - STP de R\$15.015 (R\$14.306 em 31 de dezembro de 2013), decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio ("Sem Parar"), registrados na rubrica "Contas a receber".

d) *Risco de liquidez*

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura, que possui um modelo apropriado de gestão de risco e liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora indireta gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva - % a.a.	Próximos 12 meses	Entre 13 e 24 meses	Entre 25 e 36 meses	37 meses em diante
BNDES	TJLP + 2,45% a.a.	37.992	39.655	37.585	138.145
BNDES	IPCA + 2,45% a.a.	-	10.820	6.343	33.151
Debêntures	IPCA + 8,25% a.a.	35.292	58.241	64.147	691.951

Notas Explicativas**28. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros--Continuação**Análise de sensibilidade*Risco de variação nas taxas de juros*

A análise de sensibilidade é determinada com base na exposição às taxas de juros dos instrumentos financeiros não derivativos no fim do exercício. Para os passivos com taxas pós-fixadas, a análise é preparada assumindo o valor do passivo em aberto no fim do exercício.

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IPCA e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

Operação	Risco	Juros a incorrer (*)		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Juros sobre aplicações financeiras	Baixa de CDI	8.118	6.088	4.059
Debêntures	Alta do IPCA	(35.348)	(35.959)	(36.575)
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	(13.656)	(15.865)	(18.051)
Juros a incorrer, líquidos		(40.886)	(45.736)	(50.567)

(*) Para fins de análise de sensibilidade de risco de taxa de juros, a Companhia adotou como critério demonstrar o efeito de juros a incorrer para os próximos 12 meses.

As taxas consideradas (projetadas para 12 meses, com exceção da Libor que são 6 meses) foram as seguintes:

Indicador	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
IPCA (a)	6,71%	8,39%	10,07%
TJLP (b)	5,00%	6,25%	7,50%
CDI (c)	11,75%	8,81%	5,88%

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

Notas Explicativas

29. Plano de Previdência Privada

A Companhia possui o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e Administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$3,2, até o limite de 10% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$150 (R\$164 em 31 de dezembro de 2013), registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

30. Seguros contratados

A Companhia tem cobertura de seguros em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2014, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

Modalidade	Vigência	Cobertura
Seguro garantia	Junho de 2014 a junho de 2015	158.168
"All Risk" - responsabilidade civil	Junho de 2014 a junho de 2015	72.860
"All Risk" - operacionais	Junho de 2014 a junho de 2015	2.548.594

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Itaquaquecetuba - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 13 de março de 2015.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/O-6

Luiz C. Passetti

Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP144343/O-3 Contador CRC-1SP249186/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

José Carlos Cassaniga

Diretor Presidente

Álvaro Rodrigo Pinheiro de Souza

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração dos Diretores nos termos do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009

Para fins do art. 25, §1º, V e VI da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, os Diretores da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, abaixo indicados, declaram que:

Após exame das demonstrações financeiras da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, bem como o relatório sem ressalvas da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, e declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

José Carlos Cassaniga

Diretor Presidente

Álvaro Rodrigo Pinheiro de Souza

Diretor Superintendente e Diretor de Relações com Investidores